

MUNDOS DO TRABALHO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO BEIRADÃO DO RIO AMAZONAS

Roberta Ferreira Coelho de Andrade¹
Antonio Carlos Witkoski²

RESUMO

O estudo versa sobre a relação que homens e mulheres estabelecem com os recursos naturais por meio do trabalho, buscando refletir sobre sua conservação a partir do desenvolvimento das atividades produtivas. A pesquisa foi realizada nas comunidades São Francisco do Tabocal, Jatuarana e União e Progresso, localizadas à margem esquerda do Rio Amazonas, no Beiradão do Rio Amazonas, na zona rural do município de Manaus. A investigação adota perspectiva quali-quantitativa, utilizando-se de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, bem como diários de campo e registros fotográficos, que serviram como fontes relevantes da investigação. A abordagem revelou que na realidade do Beiradão do Rio Amazonas, assim como em outras comunidades amazônicas, não há uma única atividade produtiva que permeie a vida dos moradores, ao longo do ano, face à dinâmica do pulso de inundação do rio com as estações enchente/cheia e vazante/seca, o que “condiciona” homens e mulheres a atuarem de modo polivalente nas terras, florestas e águas de trabalho. Em razão disso, não falamos em mundo do trabalho, mas em mundos do trabalho. O trabalho, assim, em razão de sua centralidade, é o responsável direto e indireto pela produção e reprodução material e simbólica da vida, o que, nesse contexto, nos lembra de Woortmann (2004, p. 136): “camponeses são como que gerentes da natureza pelo trabalho, o que [nos] leva a outra dimensão da ética camponesa”. Os investigados relatam que, desde crianças, foram acostumados a trabalhar, até porque as atividades produtivas envolvem toda a unidade de produção familiar (CHAYANOV, 1974) e demandam a relação com a natureza. Como exemplo, podemos fazer referência à agricultura e à pesca. A agricultura, desenvolvida na unidade de produção familiar, permite a produção, o consumo e a venda dos produtos oriundos dela. A pesca não ocorre de maneira predatória, voltando-se primeiramente ao consumo e, depois, à venda. Os moradores não dispõem de técnicas resultantes de pesquisas científicas, mas possuem técnicas tradicionais, repassadas de geração a geração, que têm garantido um conjunto de bens que asseguram a vida, a conservação dos recursos naturais e, por que não dizer, a sustentabilidade, que extrapola a relação com a fauna e a flora, fazendo chegar à dimensão social, econômica, cultural.

Palavras-chave: natureza; trabalho; Beiradão do Rio Amazonas.

¹ Doutora em Sociedade e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e professora do Departamento de Serviço Social (DSS) da mesma Universidade. Email: roberta_ufam@yahoo.com.br.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professor Associado do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) e Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG/CASA). Email: acwitkoski@uol.com.br.

WORLDS OF LABOR AND CONSERVATION OF NATURAL RESOURCES IN THE AMAZON RIVER BANKS

Roberta Ferreira Coelho de Andrade³
Antonio Carlos Witkoski⁴

ABSTRACT

The study focuses on the relationship that men and women have with natural resources by working through reflections about their conservation through the development of their productive activities. The research was based on the communities from *São Francisco do Tabocal*, Jatuarana and *União e Progresso*, which are located on the left bank of the Amazon River, in the *Beiradão do Rio Amazonas*, at the rural area in Manaus. The research adopts qualitative and quantitative research, by using structured and semi-structured interviews and field diaries and photos recording in order to be a relevant source of this research. The approach revealed that the real situation of *Beiradão do Rio Amazonas*, as well as in other Amazonian communities, there is not a single productive activity practiced by the residents of this communities during the year, it is because of the given dynamics of the flood pulse river flooding with the seasons / ebb and flood / drought, which "conditions" men and women to act in a multipurpose mood in their lands, forests and water work. For this reason, we do not talk about workplace, but about several workplaces. Thus, the work because of its centrality, is responsible for direct and indirect production and reproduction material and symbolic of life, which, in this context, reminds us Woortmann (2004, p. 136): "Peasants are like that managers of nature through the work, what [we] leads to another dimension of peasant ethic." The interviewed subjects tell us that since they were children, they worked, because of the productive activities involve the whole family production unit (Chayanov, 1974) and that a relationship with nature. As an example, we can refer to agriculture and fishing as their activities. The Agriculture which is developed in the family production unit, allows their production, consumption and sale of products from it. Fishing is not so predatory, first they fish to consume, and then, they sale it. Residents do not have techniques resulting from scientific research, but have traditional techniques passed down from generation to generation, which has secured a set of goods that ensure their lives, the conservation of natural resources and, why not say, sustainability, which extrapolates the relationship with the fauna and flora, by sending to the social, economic, cultural.

Keywords: nature; work; Beiradão do Rio Amazonas

³ PhD in Society and Culture (UFAM). Faculty member of Social Service department. Email: roberta_ufam@yahoo.com.br.

⁴ PhD in Sociology, professor of Social Science Department and of Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) and Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA). Email: acwitkoski@uol.com.br.

I. INTRODUÇÃO

O trabalho é, desde longa data, atividade humana indispensável à sobrevivência nas várias sociedades. No Beiradão do Rio Amazonas, o trabalho nas terras, florestas e águas tem permitido a homens e mulheres a produção e reprodução da vida material e simbólica.

Quando usamos o termo Beiradão, estamos nos referindo às margens dos grandes rios, como sugere Maia (1999). Em nossa investigação, a área de ribeira do Rio Amazonas, a jusante da área urbana de Manaus, tornou-se campo fértil de pesquisa e do estabelecimento de relações de amizade e proximidade com seus moradores. Nessa área, à margem esquerda do Rio Amazonas, na área rural de Manaus, estão localizadas as comunidades São Francisco do Tabocal, Jatuarana e União e Progresso.

Mais do que um meio de prover a vida material, o trabalho se constitui como ligação com a natureza e com os outros sujeitos históricos. Esta leitura leva-nos à perspectiva ontológica proposta por Marx, que reconhece tal atividade como meio pelo qual o ser humano transforma a natureza e é transformado por ela, onde o mesmo produz e reproduz sua existência, realizando a história do ser social. Ao fazê-lo dá sentido à vida, permite a troca de energia com a natureza e com os outros sujeitos.

É da natureza que estes sujeitos retiram o necessário à sobrevivência e o excedente para a venda. As atividades produtivas exercidas pelos moradores para prover sua existência são desenvolvidas nas terras, florestas e água: agricultura, caça, pesca, extrativismo vegetal etc. Como não há a prevalência de um único tipo de atividade, mas a polivalência nas terras, florestas e águas, preferimos fazer referência a mundos do trabalho e não ao mundo do trabalho.

O desempenho de tais atividades é fruto dos ensinamentos repassados geração a geração, ainda que novas estratégias já tenham sido ensinadas por programas governamentais que visam alavancar a produção agrícola, pelo menos em São Francisco do Tabocal. Muitas técnicas adotadas na feitura dos produtos

agrícolas, na caça e na pesca não acompanharam os avanços tecnológicos, mas continuam a ser adotadas como há décadas, como faziam seus pais e avós.

As atividades produtivas não se dão de maneira predatória. No caso da pesca, por exemplo, há obediência ao período do defeso, quando a pesca de algumas espécies é suspensa para garantir sua reprodução. A pesca dá-se eminentemente de modo artesanal, sem a realização de pesca de arrastão ou adoção de bombas. Para a agricultura, os moradores não recorrem a agrotóxicos nem abrem novos roçados.

É bem verdade que a presença do Exército Brasileiro naquela área, desde a década de 1970, tem imposto uma série de restrições ao uso da terra e das águas, principalmente em Jatuarana e União e Progresso, que incluem a proibição de abertura de novos roçados, pesca em determinadas áreas, derrubada de árvores sem autorização prévia da União, dentre outras.

Independente das imposições feitas pela presença militar, percebemos, nitidamente, que os mundos do trabalho no Beiradão do Rio Amazonas se sustentam na perspectiva de conservação dos recursos naturais, porque pressupõem a continuidade da vida naquele espaço, a necessidade de cuidado com estes recursos e a responsabilidade dos sujeitos nesse processo.

II. A MUSICALIDADE DA RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA

Homens e mulheres que nasceram e/ou cresceram em contato direto com a natureza e enfrentam a luta diária pela sobrevivência nas terras, florestas e águas de trabalho⁵ na região amazônica – assim como os maestros e os grandes músicos – possuem um conhecimento refinado acerca da vida.

Não se trata, especificamente, de um conhecimento acerca de tons, escalas e acordes e sim sobre o movimento das águas, a época de reprodução de cada espécie de peixe, o tempo certo para plantar e para colher os produtos agrícolas, as técnicas para produção dos derivados da mandioca, o tempo necessário de descanso para a terra após sua utilização recorrente, os lugares adequados para

⁵ Expressão sugerida por Witkoski (2007) para qualificar o mundo do trabalho na região amazônica.

caça de determinados animais silvestres, as plantas medicinais e as doenças que podem ser tratadas com cada uma delas.

Esse conhecimento refinado os põe na condição de especialistas em comparação ao cidadão e mesmo quanto à academia, na qual nos incluímos como leigos, porque toda aproximação que tentamos construir em relação à vida às margens do Rio Amazonas é uma estimativa, são apenas aproximações sucessivas.

A referência que Lévi-Strauss (2000) faz aos povos sem escrita pode nos levar a apreender uma distinção fundamental entre o saber que se sustenta na ciência, no método e o conhecimento produzido e reproduzido pelas populações na escola da vida. Como postula o autor, “os povos sem escrita têm um conhecimento espantosamente exato do seu meio e de todos os seus recursos. Nós perdemos todas estas coisas” (LÉVI-STRAUSS, 2000, p. 33). Esta perda deve-se à lógica produtivista, ao processo de industrialização, às facilidades ofertadas pelo mercado de consumo, enfim, à própria dinâmica urbana. Uma escolha foi feita e, com ela, vieram ônus e bônus. De um lado, o distanciamento da natureza e a menor utilização de nossas percepções sensoriais; de outro, as comodidades da vida urbana.

Ao olhar para a composição da vida no Beiradão do Rio Amazonas, percebemos que há uma profunda relação de homens e mulheres entre si e com o ambiente, sendo o trabalho o meio primordial que favorece essa interrelação. Homens, mulheres e natureza estão encadeados numa relação complexa que se desenrola no cosmos, no nosso lar comum, como sugere Serres (2003), que é o grande teatro onde a vida é tocada numa diversidade de instrumentos e timbres, como acontece numa grande sinfonia.

De acordo com Mórán (1990), as relações que se estabelecem entre o homem e o ambiente são edificadas por meio da cultura, das experiências que as pessoas vão adquirindo ao longo da vida e transmitindo geração à geração, dos valores que as sociedades adotam para orientar essas relações.

Serres (2003) reflete que, em nosso tempo, as relações entre os seres humanos e destes com o mundo estão bem diferentes das gerações anteriores. Por isso, sugere pensar esse conjunto de transformações como o nascimento de outra humanidade, uma hominescência. As transformações podem ser sentidas nas relações sociais, nos valores que orientam as sociedades, no cuidado com o corpo,

nos processos de conhecimento, nas técnicas e tecnologias desenvolvidas etc. É bem verdade que o autor percebe essas transformações e diz ainda não conseguir distinguir para onde estamos caminhando. Sua indagação é pertinente, já que visualizamos grandes avanços em tecnologia e biotecnologia e, ao mesmo instante, destruição dos recursos naturais indispensáveis à continuidade da vida no planeta e, ainda, uma maior artificialidade nas relações sociais.

Vivemos uma era em que parece reinar uma espécie de apartação dos seres humanos quanto ao mundo, numa nítida manifestação de esquecimento da natureza, como postula Serres (2004), que decorre do processo de desenvolvimento e invenção das culturas. Nosso planeta dá sinais visíveis de que o caminho de destruições e devastações trilhado pela humanidade pode nos levar à insustentabilidade da vida humana, animal e vegetal. O que se nota é que “nos dias de hoje, tanto os homens de decisão como os que são por eles administrados perderam qualquer ligação com a terra e com os seres vivos da flora e da fauna. Sua visão de mundo perdeu o mundo” (SERRES, 2003, p. 82).

Se os seres do universo estão em conexão e entre si trocam energia, como nos ensina Capra (1983), por que será que, tantas vezes, a humanidade julga-se apartada da natureza e soberana sobre ela? Talvez a formação newtoniana/cartesiana nos dificulte perceber o mundo e as teias de relações que nele se dão numa perspectiva holística. Os organismos vivos se mantêm vivos porque funcionam como sistemas abertos, que estabelecem relação de constante troca de energia e matéria com seu ambiente. É dessa reciprocidade com o mundo – que nos garante a vida – que parece estarmos nos esquecendo.

O tempo presente nos convida a caminhar em nova direção, a qual conduz à interligação profunda entre indivíduo, sociedade e cosmo, natureza e cultura, animais e homens, numa perspectiva da construção de uma Terra-Pátria como lugar por excelência da vida, da solidariedade, do respeito. No horizonte é possível vislumbrar a edificação de uma relação de co-participação e co-dependência entre os seres vivos, o que pode nos ajudar a dar espaço à restauração do homem genérico (CARVALHO, 2004), aquele que consegue pensar de maneira sistêmica e compreender que “a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes” (CAPRA, 1983, p. 260).

Morán (1990) advoga que a adaptação nunca é perfeita, visto que existem fatores limitantes que interferem no processo. Diante das adversidades do ambiente, cada sociedade pode desenvolver maneiras peculiares de lidar com o meio, formas de uso e conservação, instrumentos de trabalho e comportamentos. Para o autor, a distinção primordial entre o homem e as outras espécies vivas reside em sua capacidade de adaptar-se, o que ocorre por meio da plasticidade biológica e cultural que ele dispõe e que dá condições dele moldar-se aos diferentes ecossistemas. Talvez por isso possamos encontrar vida humana nos lugares mais inóspitos ou adversos, o que requer um desenvolvimento cada vez maior do potencial adaptativo do homem. A adaptação consiste no processo de mudanças de comportamento e também de caráter fisiológico, de estratégias de sobrevivência, de construção de instrumentos de trabalho em função de exigências impostas pelas mudanças ambientais.

A adaptabilidade não é uma característica unicamente humana, já que outros animais também precisam se adaptar a novos ecossistemas. No caso humano, Witkoski (2007) acredita na capacidade plástica deste ser ao se adaptar às condições mais hostis, o que não significa dizer que a plasticidade se refira à total adaptação, pois “sempre terá alguma dimensão de sua vida carente de adaptabilidade” (p. 55).

A convivência com homens e mulheres no Beiradão do Rio Amazonas nos leva a acreditar que seu sistema adaptativo está bem desenvolvido, como resultado das experiências repassadas pelas gerações anteriores e também pelas novas formas de adaptação demandadas pelos constantes movimentos de subidas e descidas do Rio Amazonas.

A herança cultural leva-os a dominar as técnicas de preparação dos alimentos e dos derivados da mandioca, a confecção dos instrumentos de trabalho, os tempos propícios à pesca e à plantação de cada um dos produtos agrícolas, as armadilhas que podem ser usadas para a caça dos animais silvestres, as madeiras adequadas à construção das casas, das canoas, dos jiraus e dos canteiros, os nomes dos peixes e quais deles são apropriados ao consumo e quais podem ser usados como isca, a utilização de plantas medicinais, entre outros conhecimentos adquiridos.

Nessa relação que mantêm com os outros sujeitos, com os cosmos, os moradores expressam certa preocupação quanto às condições necessárias à

continuidade da vida naquela área. Ao referir-se ao rio e aos demais recursos naturais, muitos moradores sinalizaram percepção sobre a finitude dos recursos naturais e a urgência de sua conservação, nos termos de Diegues (2004), porque implica na permanência da vida humana naquele espaço. É reafirmar a necessidade e a possibilidade de que homens e mulheres continuem a edificar suas vidas estabelecendo trocas de energia com terras, florestas e águas.

III. MUNDOS DO TRABALHO: TERRAS, FLORESTAS E ÁGUAS

As atividades produtivas desenvolvidas na Amazônia e, de modo especial, no Beiradão do Rio Amazonas favorecem a forte ligação entre ser humano e natureza. Diferentemente do que acontece em outras regiões em que a identificação se dá com a terra, em nossa região, homens e mulheres constroem sua existência e garantem a reprodução de sua vida material por meio do trabalho nas terras, florestas e águas, ambientes que nos fazem perceber as múltiplas faces do trabalho. Por isso, não temos como falar de mundo do trabalho e sim mundos do trabalho.

Quando nos referimos ao trabalho no mundo da vida amazônica, não conseguimos definir com precisão os limites que se estabelecem entre os diversos ambientes de trabalho. Não há horários fixos ou dias predefinidos para que a luta pela sobrevivência seja enfrentada. Num mesmo dia, um trabalhador pode realizar um pouco de cada uma das atividades produtivas. Pode acordar cedo e colocar a malhadeira antes de ir para o roçado, pode pescar após a atividade agrícola ou ir caçar depois de passar o dia envolvido com a pesca. Esses mundos se entrecruzam.

Essa polivalência – tão característica de homens e mulheres na Amazônia – contribui para que pensemos os mundos do trabalho de modo complexo, porque considerar uma única profissão ou atividade produtiva é insuficiente para entender a dinâmica diária da sobrevivência. Ainda que alguns moradores tenham feito referência a uma atividade principal (gráfico 1), outras atividades produtivas também cooperam para a alimentação da família e, em alguns casos, para complementação da renda.

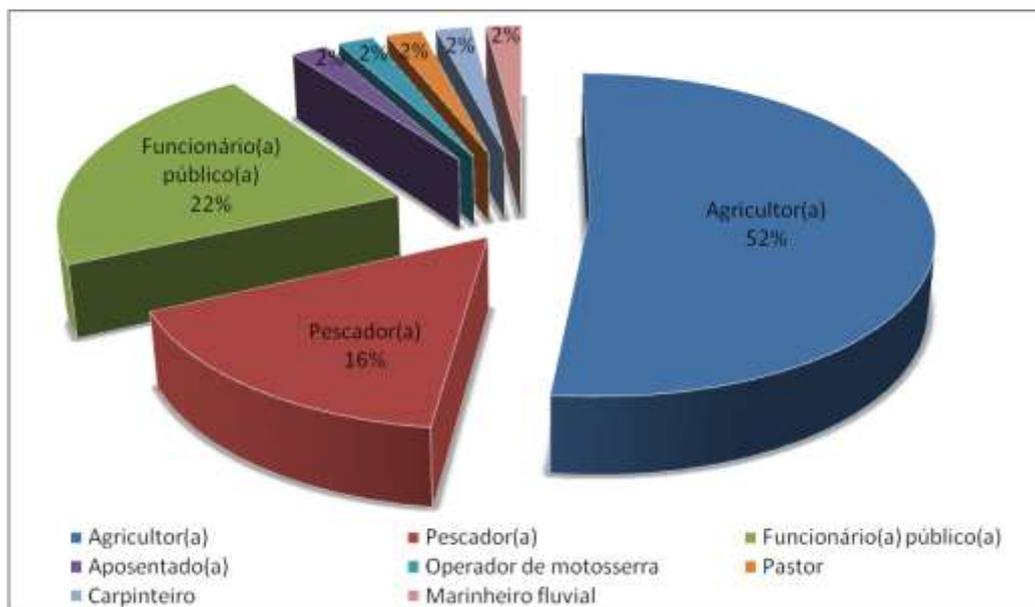


Gráfico 1 – Principal atividade produtiva dos entrevistados
FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

É válido destacar que, para a construção deste trabalho, tomamos como referência a pesquisa de campo realizada com 50 moradores das três comunidades investigadas durante o ano de 2011. Para coleta dos dados recorremos à entrevista estruturada, com a aplicação de formulários, com questões abertas e fechadas, bem como utilizamos a observação participante e o consequente registro em caderno de campo.

Tanto em São Francisco do Tabocal quanto em Jatuarana e União e Progresso, a agricultura continua a ocupar lugar de centralidade na vida dos moradores, envolvendo toda a unidade de produção familiar, ainda que muitos deles tenham nos relatado que, até a década de 1970, a produção agrícola era infinitamente superior à atual, visto que, antes da entrada do exército naquela região, principalmente em Jatuarana, havia maior liberdade para desmatar determinadas áreas para a abertura de roçados e, como consequência, produzia-se e comercializava-se muito mais.

Do total de entrevistados, 60% alegaram desenvolver outra atividade produtiva para complementar a renda. Encontramos mais uma vez a agricultura e a pesca em destaque (gráfico 2), visto que é muito recorrente que um agricultor atue como pescador em tempos de subida dos cardumes. Igualmente, entrevistamos pessoas que se denominam pescadores, mas que plantam e comercializam

produtos agrícolas para ter uma complementação do ganho. Os moradores explicaram que as alternativas de trabalho no Beiradão do Rio Amazonas não garantem uma renda suficiente para a satisfação de suas necessidades e, ainda, a ocorrência das estações (ciclo das águas) também não permite praticar uma mesma atividade produtiva o ano inteiro.

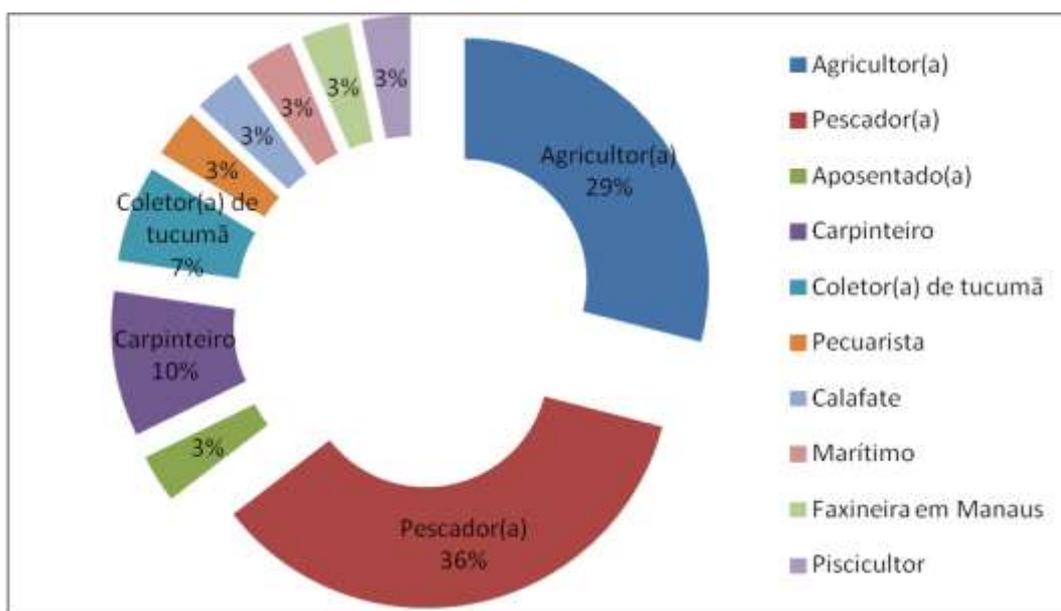


Gráfico 2 – Atividade produtiva de complementação da renda
FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Dentre os produtos cultivados (quadro 1) pelos 78% dos moradores que desenvolvem a prática agrícola, percebemos a soberania da mandioca sobre os demais produtos, a qual é justificada pelo tipo de solo existente na região. Os moradores alegam que a terra firme, que ocupa a maior extensão das localidades, dispõe de pouca fertilidade e que o único produto que conseguem cultivar com bastante êxito é a mandioca.

O exercício da agricultura é justificado pelos moradores pela necessidade de garantir o sustento (33%), pela identificação e o prazer de trabalhar com a terra (21%), para garantir o alimento para o consumo da família (33%), por não ter outra alternativa de subsistência (15%) e por não possuir estudo formal (2%).

Em São Francisco do Tabocal há uma Casa de Farinha Higiênica – CFH, construída com recursos provenientes do Governo Federal – por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário – em razão de um projeto proposto pelo Instituto de

Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) para a construção de 40 CFH em todo o Estado. Nela, os moradores participam de cursos promovidos pelo referido instituto e desenvolvem as etapas de produção da farinha e demais derivados da mandioca. A implementação de tal projeto objetiva, segundo informações do próprio IDAM, a melhoria da qualidade da farinha que chega às casas dos consumidores e o aumento do grau de higiene do ambiente de trabalho.

Produtos cultivados	Percentual de moradores (%)
Mandioca	94
Macaxeira	69
Milho	18
Quiabo	5
Maxixe	20
Pepino	7
Jerimum	13
Melancia	7
Maracujá	5
Cará	2
Banana	5

Quadro 1 – Produtos agrícolas cultivados pelos moradores
FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Nos cursos conduzidos, os técnicos ensinam aos agricultores locais uma técnica diferente para retirada da casca da mandioca, que consiste em não raspar a mandioca, como sempre se fez na região, e sim descascar com o auxílio de uma faca. Isso significa remover a casca marrom, que é uma película fina cerosa, e também a entrecasca com espessura de cerca de 2 milímetros, que contém um sabor amargo. Os experimentos realizados pelos técnicos indicaram que a raspagem da casca e, por conseguinte, da entrecasca que contém amargor, repercute no sabor da farinha. Ao descascar sem raspar, a farinha produzida tem um gosto mais límpido, livre de resíduos da casca e entrecasca e, com isso, acredita-se produzir uma farinha de melhor qualidade.

A atuação do IDAM consiste em realização de cursos, disponibilização de mandioca, maniva (do tupi *mani'iwa*, indica o tolete do caule da mandioca

empregado no plantio) que foi desenvolvida pela EMBRAPA, sementes de vários produtos, como tomate, feijão, arroz, milho, maxixe etc., além de monitoramento das roças dos produtores locais. Os técnicos vão à localidade e, juntamente com os moradores, plantam dois tipos de mandioca, numa determinada área escolhida, com o intuito de comparar o grau de produtividade do produto habitualmente plantado pelos moradores e do tipo desenvolvido pela EMBRAPA (BRS PURUS⁶). O modo tradicional de cultivo não envolve fertilizantes ou outros produtos que favoreçam o incremento da produção, enquanto que a outra técnica adotada obedece as orientações da EMBRAPA e conta com o auxílio de adubos. De 3 em 3 meses, a roça demonstrativa é adubada. A cada 6 meses, os técnicos do IDAM retornam para ver como está o desempenho da roça.

Decorrido o período de, em média, 12 meses, o IDAM regressa para acompanhar a colheita dos produtos, os quais são pesados, de modo a identificar o tipo de mandioca que obteve maior aproveitamento. Com este produto colhido, passa-se à etapa de produção da farinha. Ao término desta etapa, realizar-se-á novamente a pesagem dos produtos para comparar a quantidade de mandioca colhida e a quantidade de quilos ou sacos de farinha produzidos.

Caso se constate a maior produtividade do cultivar BRS PURUS, o mesmo é oferecido aos agricultores locais, visto que sua adoção tende a alavancar os rendimentos da produção. Desde que foi implantada a CFH em São Francisco do Tabocal, esse processo de plantio, colheita e produção da farinha com monitoramento do IDAM já aconteceu por três vezes, sendo que em todas elas o cultivar BRS PURUS obteve melhor rendimento.

É importante dizer que ambos os processos contemplam a lavagem, o descascamento, a trituração, a lavagem, a prensagem, a torrefação, a classificação e o empacotamento (IDAM, 2011). Uma dificuldade sentida para obter o mesmo nível de produtividade é o fato de os moradores não terem condições financeiras para comprar o adubo e o IDAM não disponibilizar tal recurso. Com isso, apesar de

⁶ Trata-se de um cultivar desenvolvido para atender a necessidade de aumentar os índices de produção agrícola nas áreas de terra firme. O BRS PURUS é proveniente da comunidade indígena Paumari, localizada no município de Lábrea – Amazonas, no Alto Rio Purus, com registros de sua coleta em 1979. O melhoramento genético é resultante de uma parceria entre a EMBRAPA Amazônia Ocidental e a EMBRAPA Mandioca e Fruticultura (EMBRAPA, 1999).

aprenderem determinadas técnicas, ficam impossibilitados de utilizá-las em decorrência de suas dificuldades financeiras.

Além do plantio de roçados, 74% dos moradores recorrem ao cultivo de produtos em hortas ou canteiros, nas proximidades das casas, como podemos perceber na figura 33. Os produtos cultivados são: cebolinha (89%), cheiro verde (43%), pimenta (38%), chicória (38%), pimentão (24%), pimenta doce (22%), tomate (22%), couve (19%), pepino (11%), quiabo (11%), maxixe (11%) e alface (8%).

Nas Comunidades São Francisco do Tabocal, Jatuarana e União e Progresso, muitas famílias dependem do rio para viver. Os moradores, inclusive os que exercem outras atividades produtivas, utilizam o rio ao entardecer para buscar o pescado para alimentar sua família. Durante todos estes séculos, o Rio Amazonas tem dado condições destes homens e mulheres sobreviverem, na medida em que oferece o peixe, que, nos termos de Batista (2007), é o prato de resistência do amazônida.

A vida nas proximidades do rio contribui para a constituição de um *povo de pescadores*, já que, desde o alvorecer da vida, o povo amazônico é afeito à pesca. Os caudalosos rios, lagos, igarapés, igapós, paranás e furos existentes na Amazônia são um permanente convite à pesca e, por assim dizer, uma escola de formação natural de pescadores. Para os moradores, a pesca não é um esporte, é “uma necessidade diária, um farto sustento que provê a mesa do humilde e do abastado” (TOCANTINS, 1973, p. 157-158).

Witkoski (2007) advoga que, à primeira vista, pode parecer que a pesca é uma atividade fácil, que qualquer um pode aprender e desempenhar. Ser um “pescador completo” requer tempo e dedicação para a plena realização do ofício, de modo a ser capaz de conhecer as técnicas e os segredos das águas. Para os camponeses amazônicos, a arte da pesca é familiar, considerando que, desde muito cedo, mesmo quando ainda crianças passam a acompanhar os pais, amigos e familiares nas atividades da pesca, auxiliando-os em pequenas tarefas.

O peixe é a principal proteína animal consumida por homens e mulheres no Beiradão do Rio Amazonas. Ainda que a maioria dos moradores não tenha identificado a pesca como sua principal atividade produtiva, vemos que, em 94% das residências dos entrevistados, pesca-se para o consumo. Esse dado nos indica que, ainda que o entrevistado não pesque, alguém de sua família exerce tal atividade que

provê o peixe na mesa. A participação da criação animal e da caça na composição do cardápio diário não é muito expressiva.

Do total de entrevistados, 97% afirmam que sabem pescar, mas apenas 44% trabalham efetivamente na pesca, seja contínua ou ocasionalmente em determinadas estações do ano ou em épocas específicas em que passam os cardumes.

A pesca, além de ser uma prática aliada à subsistência, faz parte de um aprendizado sobre a vida. Demanda organização do tempo, sistematização de rituais a serem seguidos, conhecimento sobre diferenças e semelhanças entre as espécies, os segredos do rio etc. É uma atividade que guarda em si uma dimensão pedagógica, diferente da que permeia o espaço institucional escolar. Nesta escola da vida, todos são mestres, sobretudo os mais velhos, que dominam os conhecimentos sobre a ictiofauna, as técnicas mais adequadas para capturar cada espécie, as habilidades para confecção dos instrumentos de trabalho. Muitos jovens já dominam muitas dessas habilidades, pois frequentam essa escola desde a infância.

Os instrumentos usados pelos entrevistados são de sua propriedade: malhadeira, tarrafa, caniço, linha, espinhel, arco e flecha, zagaia, rede e arpão. Com exceção da rede, os instrumentos presentes no mundo da pesca no Beiradão nos levam a deduzir que os entrevistados são pescadores artesanais, que trabalham nos rios e lagos próximos a suas residências, dispõem de embarcações de pequeno porte e atuam individualmente ou em regime de economia familiar.

A pesca, como explica Witkoski (2007), pode ser pensada como uma forma de extrativismo animal. Homens e mulheres extraem das águas de trabalho a proteína animal que garante a composição de seu cardápio nutricional e a comercialização para prover a subsistência. Nas florestas e águas de trabalho, 38% dos entrevistados também desenvolvem a caça de animais silvestres, como paca, tatu, cutia, porco do mato, capivara, veado, anta, jacu e nambu ou inhambu. Com exceção do jacu e do nambu (ou inhambu), que são aves terrestres, os animais caçados são mamíferos terrestres. A caçada pode dar-se à noite (63%), pela manhã (21%) ou de acordo com a necessidade e disponibilidade do caçador (16%). Como vimos, tal atividade é responsável por 30% da alimentação que chega à casa dos respondentes, sendo o consumo a destinação dos frutos desta prática. São

utilizadas várias estratégias para a captura dos animais, como tocaia ou espera (42%), armadilha (5%), busca pela mata (16%) e busca pelo igapó ou lago (37%).

Apesar dos animais serem terrestres, julgamos pertinente considerar a caça como atividade que se desenrola tanto nas florestas quanto nas águas de trabalho, visto que muitos moradores disseram utilizar a canoa para adentrar ao igapó ou lago. A movimentação do remo é feita de modo suave para não gerar ruídos que possam assustar a caça. Muitos caçadores disseram caçar de dentro da própria canoa, onde conseguem ficar à espreita nas margens das florestas de várzea.

No que concerne ao extrativismo vegetal, que se desenrola nas florestas de trabalho, cabe destacar que, em tempos mais antigos, este exerceu um papel preponderante na economia da Amazônia, sobretudo em torno do látex. No final do século XIX e início do século XX, a economia gomífera foi o grande moinho que movimentou a vida econômica da região, principalmente da capital do Estado do Amazonas. No Beiradão, o trabalho nos seringais está presente na memória dos velhos que atuaram em sua extração. Não registramos a prática contemporânea de tal atividade por parte dos moradores.

Tal como a pesca e a caça (extrativismo animal), o extrativismo vegetal pode ser compreendido como uma forma de aquisição simples dos recursos naturais, como sugere Mauss (1972), visto que os produtos extraídos não são frutos de uma criação do trabalhador. Este colhe os produtos na floresta e os emprega ou comercializa sem qualquer preparação, diferente do que acontece com a criação animal e a agricultura, que demandam cuidado continuado e produção. Nessa perspectiva, homens e mulheres são administradores da natureza. Os produtos mais extraídos da floresta são: tucumã, cupuaçu, açaí, bacaba, ingá, graviola e madeira, além das plantas medicinais.

Dentre os tipos de madeira extraídos, vale salientar os principais que são: cedrinho (12%), louro (10%) e angelim (10%). De modo geral, os moradores dizem utilizar a madeira extraída da mata somente para a construção de casas ou confecção de canoas.

A retirada da madeira e o seu transporte até as residências dos entrevistados podem levar meses, isto porque acompanham o movimento das águas. Na vazante/seca, as árvores são cortadas e na enchente/cheia, quando o nível das águas se eleva consideravelmente e atinge as várzeas altas, os troncos ou as

tábuas já serradas são transportados por meio de embarcações ao local em que serão utilizadas.

No caso de Jatuarana, a extração de qualquer produto sofre sérias sanções por parte do Exército Brasileiro, que alega que aquela área é de propriedade da União. Durante as entrevistas, muitos moradores chegaram a mostrar ou fazer referência a casas, jiraus ou banheiros que demandavam madeira para serem reformados. Na intenção de evitar confrontos diretos com o Exército, alguns preferem não retirar madeira da mata.

A criação animal é uma importante atividade desempenhada por 74% dos entrevistados, com o propósito de consumir na própria unidade familiar (44%), consumir e vender quando houver necessidade de aumento da renda familiar (26%) e venda (2%).

Os mundos do trabalho no Beiradão do Rio Amazonas funcionam em profunda sintonia com o movimento das águas, isto porque, dependendo da estação do ano, registramos variação no desenvolvimento das atividades produtivas de 30% dos respondentes. Considerando que a agricultura se desenvolve basicamente em terra firme, sua realização atravessa o ano inteiro. É possível perceber uma variação em sua ocorrência em função da utilização das áreas de várzea. No período de vazante, os moradores utilizam a várzea para a plantação de espécies de curto ciclo, como a melancia, o milho, o feijão, o arroz etc. Na enchente, os moradores colhem os produtos cultivados, de modo a não perdê-los tão logo a água cubra as terras de várzea.

A pesca é praticada o ano inteiro, podendo-se registrar variação em termos do local de sua realização e das espécies pescadas. Na vazante/seca, os lagos se constituem como os seus locais de pesca, enquanto que, na enchente/cheia, recorre-se ao rio. Em razão do período de defeso, em que determinadas espécies estão se reproduzindo, sua pesca é suspensa, porque sua recorrência pode levar à sobrepesca, ou seja, à atividade produtiva que não se dá de modo sustentável.

Segundo dados do site do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no período de 15 de novembro a 15 de março, na Bacia Amazônia, a paralisação é obrigatória, de modo a proteger as diferentes espécies de peixes nas fases vulneráveis de seu ciclo de vida, isto é, proteger as espécies que sofrem ameaça em decorrência da pesca comercial

excessiva durante o seu período de reprodução (piracema). O delineamento de como deve se dar a pesca na Bacia Amazônia está na Portaria Normativa nº 48, de 5 de novembro de 2007 (www.ibama.gov.br. Acesso em 02 jun. 2011).

O trabalho presente no mundo da vida de homens e mulheres do Beiradão do Rio Amazonas é sempre oportunidade para a realização pessoal, o reavivamento da memória, a interação com vizinhos e amigos, o estabelecimento de relações de troca, a ajuda mútua, enfim, tem muitas tonalidades. É como que um grande enredo que orienta a vida de homens e mulheres, encadeia ações e emoções no tempo e no espaço, dá sustentação não apenas a nossa narrativa, mas à existência destes sujeitos, que não são personagens de uma ficção. Dissemos ser uma arte, tal como a música, o que não quer dizer que não consigamos reconhecer a dureza do trabalho, a fadiga gerada e a necessidade incessante de lutar para manter-se vivo.

IV. CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO BEIRADÃO DO RIO AMAZONAS

Ao pensarmos a relação entre os mundos do trabalho e a conservação dos recursos naturais, faz-se importante a discussão proposta por Diegues (2004), que sugere que a ideia de conservação pressupõe o cuidado com os recursos naturais e a continuidade da vida num determinado espaço.

O autor explica a construção de um mito de que a criação de áreas naturais protegidas seria uma forma de proteger a natureza, onde a presença humana seria compreendida como uma ameaça à *vida selvagem*, por estar subjacente à ideologia preservacionista que o homem é um destruidor da natureza.

Essa ideologia semeada nos Estados Unidos por volta do século XIX se disseminou pelo mundo, tornando-se expressiva a sua utilização nos países emergentes. Nos Estados Unidos, partiu-se da ideia de que, devido à expansão urbana e ao forte processo de industrialização, havia a necessidade de proteger os recursos naturais ainda existentes, por isso,

propunham “ilhas” de preservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedade ou espaços públicos (DIEGUES, 2004, p. 11).

A partir disto, retoma-se o mito do paraíso perdido e ambicionado pelo homem desde a expulsão da espécie humana do Jardim do Éden, construindo o *mito moderno da natureza intocada*, onde a presença humana é restrita a passeios e reverências à paisagem natural, mas não à fixação da moradia, pois, a partir desta ótica, o homem é um destruidor do meio natural e, portanto, incompatível com as áreas naturais que demandam “proteção total”. Nestes locais, os homens poderiam buscar abastecer suas forças, gastas no processo produtivo e na agitação própria da vida estressante das grandes cidades, todavia, a título de passeio, de lazer.

Seguindo essa lógica, países considerados em desenvolvimento, como o Brasil, importaram a ideologia preservacionista e passaram a estabelecer parques e reservas, amparados por um conjunto de legislações ambientais, o qual indicava que os moradores destas áreas deveriam ser transpostos para outras localidades, o que acabou por ocasionar a emergência de uma série de consequências de ordem ética, social, econômica, política e cultural (DIEGUES, 2004).

As populações tradicionais – aqui incluídos camponeses, ribeirinhos, pequenos produtores, pescadores – constroem seus modos de vida e os articulam à dinâmica natural, aos ciclos naturais, como acontece na região amazônica: enchente, cheia, vazante e seca. Para tanto, desenvolvem um vasto conhecimento dos recursos naturais, dos usos e técnicas, dos mitos, enfim, de um arsenal de ingredientes que os ajudam a estruturar suas vidas.

De acordo com Diegues (2004), a expulsão de populações tradicionais de seus territórios ancestrais tende a produzir inúmeros problemas sociais, éticos e étnicos, pois a vida e os modos de vida erigidos a partir daquele determinado espaço geográfico são degradados em função das populações urbanizadas. Com isso, “o Estado contribui para a perda de grande arsenal de etnoconhecimento e etnociência, de sistemas engenhosos de manejo de recursos naturais e da própria diversidade cultural” (DIEGUES, 2004, p. 18).

As populações tradicionais retiradas das áreas que foram transformadas em unidades de preservação, em sua maioria, são transferidas para regiões em que o aspecto físico e cultural é estranho àquele vivenciado por eles e seus antepassados, dos quais foram convidados a se retirar, sem que lhes fosse possível compreender, de fato, em que sentido eles estariam pondo em risco ou destruindo os recursos

naturais do referido parque ou unidade, sendo que, historicamente, foram eles que garantiram sua sobrevivência até os dias atuais. Nessa direção, argumenta que,

para essas populações é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à agricultura de subsistência, pesca e extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área. Paradoxalmente, grande parte do orçamento das unidades de conservação é usada para a fiscalização e repressão (cerca de oitenta por cento, no caso do Nepal), e muito pouco para melhorar as condições de vida e a manutenção das populações tradicionais que, se organizadas e estimuladas, poderiam contribuir positivamente para a conservação das áreas protegidas (DIEGUES, 2004, p. 19).

No Beiradão, o argumento adotado não é o de construção de uma unidade de conservação. O que existe é um conflito das comunidades Jatuarana e União e Progresso com o Exército Brasileiro quanto à propriedade das terras. Tal conflito foi desencadeado por uma doação de terras feita pelo Governador do Estado do Amazonas à União na década de 1960. O problema persiste há anos e clama por uma solução que atenda aos interesses contraditórios das comunidades e do Exército Brasileiro.

Ao questionarmos sobre uma possível retirada de suas terras em favor da União, os moradores dizem não se convencer de como e por que a presença humana é degradadora do ambiente. Eles entendem e aceitam que sejam implementadas estratégias de combate à pesca predatória, à poluição dos lagos, ao desmatamento das florestas dos arredores dos lagos, mas é inadmissível que a culpa recaia sobre os moradores e, pior, que estes sejam penalizados com a perda de seu espaço de morada e de sua história em função de interesses adversos.

De um lado, a União lança mão de um conjunto de legislações e documentos para ratificar a propriedade das terras. Do outro, as comunidades lutam para permanecer nestas mesmas terras em que construíram suas vidas. Ao seu lado estão a tradicionalidade, alguns documentos comprobatórios da posse e as alianças com entidades que se irmanam em prol de sua causa.

A análise dos documentos e legislações que tratam desta questão nos leva a por em voga o papel do Estado do Amazonas em todo este processo causado pela doação de terras ocupadas por comunidades tradicionais. Suas ações e omissões

impuseram o jugo da insegurança, da incerteza, da instabilidade quanto à permanência e continuidade da vida às margens do máximo de todos os rios.

Ao Ministério Público Federal este litígio chega como um verdadeiro desafio, pois demanda a conciliação de interesses antagônicos. Num extremo, a União alega a necessidade das terras para a realização de treinamentos militares e, em outro, as comunidades reivindicam o direito de permanecer em seus territórios tradicionais, como preceituado pelo Decreto 6.040/2007.

Nesse processo, apesar de estarmos falando de uma disputa de terras, notamos a adoção da lógica preservacionista, que impõe uma série de restrições ao uso das terras, florestas e águas e, mais ainda, reivindica a retirada de famílias inteiras, sob a alegação de que a União necessita das terras.

Para tanto, a proposta é removê-las para um assentamento no Rio Cuieiras, espaço totalmente estranho a estas pessoas, que nasceram e cresceram às margens do Rio Amazonas. É por isso que as famílias se recusam veementemente a abandonar suas terras, suas vidas, suas histórias.

Em nossa leitura, a permanência das comunidades tradicionais no Beiradão do Rio Amazonas não compromete a soberania nacional, muito menos a formação e os treinamentos militares. É óbvio que não podemos desconsiderar os riscos a que as comunidades estão submetidas quando treinamentos são desenvolvidos em área habitada, com a adoção de munições e artefatos explosivos.

Ao olharmos para a vida e para a história das comunidades São Francisco do Tabocal, Jatuarana e União e Progresso, que habitam o Beiradão do Rio Amazonas há décadas, há séculos, fica muito nítido que a lógica de conservação já acompanha tais habitantes há muitos anos, visto que as atividades produtivas não se dão de forma predatória e há um reconhecimento de que a conservação dos recursos naturais é condição indispensável à continuidade da vida.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação constata que o trabalho nas terras, florestas e águas é o principal responsável pela garantia da sobrevivência. O trabalho é, para estes homens e mulheres, meio que provê suas necessidades e, ao mesmo tempo, os realiza, ou seja, permite a produção e reprodução de sua vida material e simbólica.

Das terras, florestas e águas provém alimento para mesa e para a venda. A afinidade é tamanha que, embora exista modificação da paisagem com as estações vazante/seca e enchente/cheia, homens e mulheres sabem usar isso a seu favor. Plantam na várzea, quando as águas baixam, colhem antes que elas subam. Pescam no rio e nos lagos em tempos de enchente/cheia e recorrem aos lagos na vazante/seca, pois conhecem o refúgio dos peixes. Das florestas, não retiram apenas os frutos para o consumo e venda, mas as ervas medicinais que permitem a prevenção e o tratamento das doenças.

Tais atividades produtivas são realizadas sem comprometer as condições atuais e as das futuras gerações, já que não se dão de maneira degradadora, mas respeitam os limites impostos pela própria natureza. A agricultura deixa de ser desenvolvida em determinadas áreas para dar tempo de a terra recompor suas energias, a pesca para a venda não é desempenhada em tempos de defeso e não faz uso de bomba ou rede de arrastão, a caça objetiva o consumo, a derrubada de árvores volta-se à construção de casas e canoas, porque os moradores entenderam que, se não cuidarem desse patrimônio, não apenas eles serão prejudicados, como também as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 14 jan. 2012.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1983.
- CARVALHO, Edgard de Assis. Religação dos saberes e educação do futuro. In: BERNARDO, Teresinha, TÓTORA, Silvana (Orgs.). **Ciências sociais na atualidade**: percursos e desafios. São Paulo: Cortez, 2004.
- CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4 ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

EMBRAPA. **Cultivar BRS PURUS**. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/668744/1/FolderMandioca.pdf>>. Acesso em 03 out. 2011.

IBAMA. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria Normativa nº 48, de 5 de novembro de 2007**. Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Tradução de António Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, 2000 (Perspectivas do homem).

MAIA, Álvaro. **Beiradão**. Organização de Tenório Telles e estudo crítico por Neide Gondim. 2 ed. Ver. Manaus: Valer/Editora da Universidade do Amazonas, 1999 (Série Coleção Resgate, 3).

MAUSS, Marcel. **Manual de Etnografia**. Lisboa: Pórtico, 1972.

MORÁN, Emílio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990 (Coleção ecologia & ecosofia).

SERRES, Michel. **Hominescências: o começo de uma outra humanidade?** Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O Incandescente**. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007 (Série: Amazônia: a terra e o homem).

WOORTMANN, Ellen F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.